

nordês

PERIÓDICO ANARQUISTA

UMHA COLABORAÇÃO ENTRE
ARDORA (S)EDIÇÕES ANARQUISTAS
E COLAPSO ZINES



N20 · ABRIL 2020

OS CANS DE PAVLOV

O ESTADO COM MÁSCARA

A LUITA CONTINUA

OS CANS DE PAVLOV

ROBINJUZ

Vivemos tempos duros. De um lado a epidemia; nada novo baixo o sol, as doenças infecciosas têm diminuído a humanidade em intervalos mais ou menos regulares. Do outro as inéditas medidas de controle social que, com a desculpa da emergência, diminuirão desde já e para longo os nossos direitos.

O de utilizar a exceção para implantar medidas que se convertem em regra vem de longo. Trata-se do velho truque da cirurgia e a anestesia: antes de extirpar-nos liberdades é necessário preparar o caminho; de outra forma as pessoas rebelariam-se pela perda de direitos duramente conquistados durante anos de luta cidadã. É necessário um choque, um acontecimento traumático que baixe a guarda da sociedade: essa é a anestesia. A cirurgia é a implantação de cortes até o momento impopulares. A amputação indolora das conquistas sociais. E esta supressão

drástica de garantias legais consegue-se, ainda por cima, com um estrondoso aplauso. Com o entusiasmo acrítico de um povo narcotizado pelos hinos marciais da emergência. É isso mesmo o que está a acontecer agora.

Nom vou julgar aqui a excecionalidade da situação. Muito provavelmente vivemos tempos difíceis que requerem compromisso e disciplina. Momentos para a responsabilidade individual e coletiva, a solidariedade e a coesão. Mas isso nom tem que significar a militarização da sociedade. Para justificar isto último apela-se à insolidariedade do cidadão, à irresponsabilidade de muitos perante as normas e a legislação. Mas quando as medidas se tomam mediante a repressão infantiliza-se o indivíduo e priva-se-lhe da capacidade de decidir. Perante a obrigatoriedade do decreto surge a rebelião e a insubmissão; por sua parte, da liberdade surge a criatividade popular, a iniciativa social e a imaginação coletiva. Quando o povo se auto-organiza um sem-fim de soluções brotam do entusiasmo: sentimo-nos responsáveis do que acontece. Ao tempo, as imposições de acima convertem-nos em rebanho, reduzem a nossa iniciativa, reduzem-nos e fiscalizam-nos; dando espaço a comportamentos insolidários, picaresca individualista e rebeldia.

A opção escolhida por quem governa, no entanto, foi o confinamento manu militari de toda a sociedade. E repito que nom é a minha intenção aqui julgar o grau de isolamento necessário ante a excecionalidade da situação, senom a forma do implementar e, muito especialmente, o precedente que gera. Outros países optaram por diferentes métodos, ou por restrições menos

estritas. Mas o antes e o depois em termos de controlo social vam reger a escala global.

Preocupa-me especialmente o reflexo condicionado. Perante a escassez de opções e capacidade de manobra surgiu a ideia do aplauso desde as janelas aos profissionais sanitários. O que começou como uma bonita iniciativa cidadã de reconhecimento logo se converteu num acrítico ato compulsivo de reafirmação social. Por isso nom se demorou em estender às forças repressivas numha espécie de exaltação do confinamento. E o que é pior, a se utilizar como um ritual coletivo de adesom gregária, um elemento de obrigado cumprimento que ocasiona a censura e inclusive a multa de quem infringe. Algo parecido com a validação pública da excecionalidade repressiva e a amputação da nossa liberdade. Escuitar aplausos desde as varandas quando a lei nos obriga a nos enclausurar dá-lhe um aquele kaffiano ao encerro. Convertemo-nos nos nossos próprios carcereiros. Muito pior, em carcereiros dos nossos vizinhos. E ainda por cima aplaudimos.

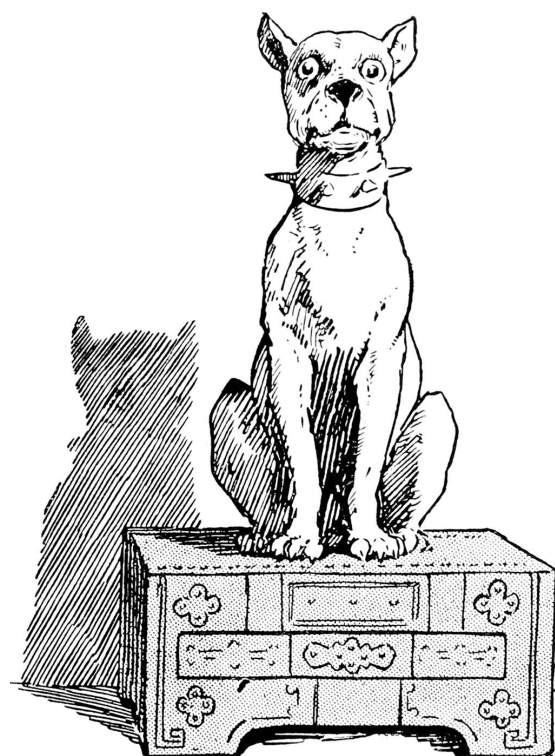
E o que nos vai deixar todo isto? Nom duvidedes que, ao igual que os cans de Pavlov que salivavam só com escuitar o ruído de um sino, terminaremos por associar a solução de uma crise com o desaparecimento de direitos. Imporá-se um reflexo condicionado unindo o “estado de alarme” ao bem-estar social em tempos de emergência. De tal forma que perante qualquer catástrofe as pessoas pedirám a gritos a suspensom de liberdades civis e inclusive o confinamento. Dará igual que se trate de umha doença, um desastre natural ou um atentado terrorista; o bem-sucedido precedente marcará as condutas do futuro. As nossas casas serám o local seguro, deixar fazer ao estado a tabela de salvaçom. Usando como anestesia esta situaçom

anormal perderemos o medo aos estados de exceçom. Inclusive havemos vê-los como a soluçom natural ante os “inimigos invisíveis”. A excecionalidade (convertida em norma) funcionará como bálsamo contra a insegurança. A nossa incrível docilidade para aceitar a supressom de liberdades e a implantação de novos mecanismos de controlo gera um mui perigoso precedente. Hoje é a pandemia, mas amanhã poderia ser o independentismo em Catalunha ou umha manifestação antiglobalização. A supressom das garantias constitucionais num território, umha cidade, ou em toda a nação (dependendo das necessidades repressivas do momento) serám um guloso recurso em vista da obediência de borrego com a que nos submetemos. E assim havemos acostumando pouco a pouco ao toque de recolher, à restrição de mobilidade, à supressom dos direitos, ao controlo tecnológico e ao exército nas nossas ruas. Hoje os militares fam só labores de desinfecção, mas amanhã farám as tarefas policiaes e, como já nos temos afeito à sua presença, ninguém se vai estranhar. Soa conspiranoico e agoireiro Pois já está a acontecer, o pior já está feito.

Estão a implantar o controlo total dos nossos movimentos mediante os telemóveis. Sim, certamente era algo que já existia de umha maneira mais ou menos encoberta, mas agora toma categoria de lei. Aperfeiçoa-se a passos de gigante. As empresas tecnológicas viram os seus recursos em melhorar as ferramentas de controlo social e monitorização em massa dos cidadãos, enquanto a humanidade inteira o festeja como um triunfo do bem comum. Hoje vigiamos os doentes, mas amanhã serám os imigrantes, os separatistas ou os dissidentes. Quando um novo tarado decida exterminar os judeus (ou quem toque no próximo

terminaremos por associar a solução de uma crise com o desaparecimento de direitos.

Imporá-se um reflexo condicionado unindo o “estado de alarme” ao bem-estar social em tempos de emergência



genocídio) só terá que dar a um botom para saber onde encontrar a cada um. Desta vez nom há escapar ninguém. E o pior de todo é que os chivatos de varanda e os polícias de sapatilhas e albornoz demonstram que continuamos a ser tam mesquinhos como quando a Alemanha nazista.

Mas como poderám monitorar os nossos movimentos se podemos deixar os telefones na casa? Quanto demorarám em obrigar-nos aos levar connosco? Há tempo que se propom que os usemos como cartons de crédito. Já inventárom a aplicação que os converte em cartom de conduzir. Quanto falta para que sejam também o nosso cartom de identidade? Poderám multar-nos quando vaiamos sem eles? Tal e como estám as cousas já nom faria falta nem umha desculpa, poderiam obrigar-nos a levá-los dizendo diretamente que é para controlar os nossos movimentos e a sociedade aplaudiria-o. A distopia autoritária está à volta do canto, se é que nom vivemos já nela mas ainda nom reparamos.

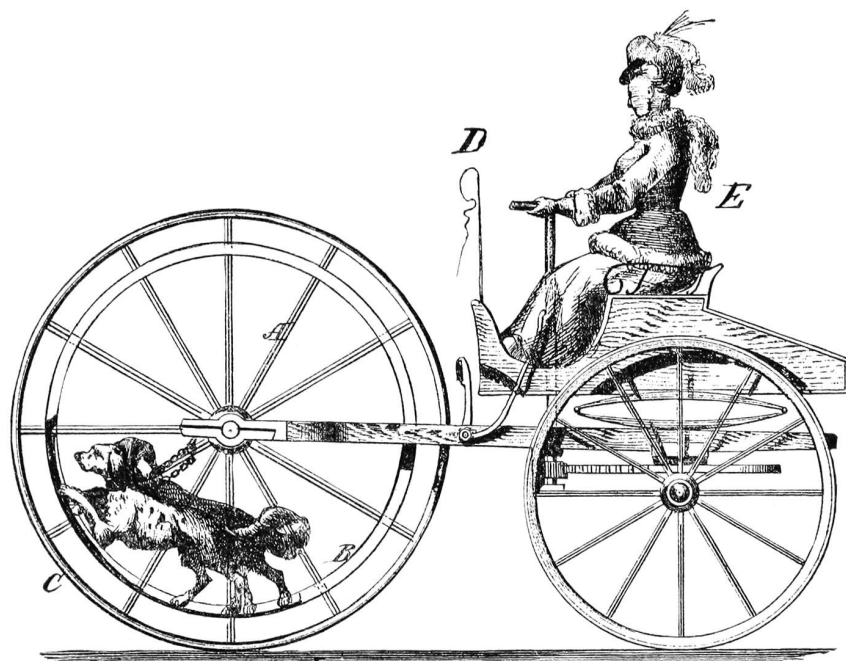
Já ninguém se questiona sequer a necessidade da vacinação obrigatória. A polémica entre liberdade individual e segurança coletiva ficou definitivamente fora. Eu não tenho um reparo especial para o uso de vacinas, mais bem vejas como um importante achado da humanidade. Mas considero aberrante o facto de tratar de impor-lhas ao resto. Se desse modo perdem algumha eficácia pois má sorte, é parte da portagem necessária por viver em liberdade. A liberdade da gente para conduzir carros também resulta na morte de muitos peons e ninguém se propom a proibição do tráfego rodado. Por nom falar das imprevisíveis consequências que pode trazer a vacinação forçada, com fármacos dos que ainda nom conhecemos os seus possíveis efeitos secundários em longo prazo.

Mas independentemente dos seus efeitos benignos ou nom, o certo é que marcará um sinistro precedente totalitário. Outro mais. E as tertulias da tv, nas que todos terám a mesma opiniom, darám-nos a sensação de ter debatido a consciência. E uniremo-nos ao último hashtag, chamando liberdade a todo o contrário. E a gente seguirá aplaudindo desde as varandas.

A verdade é que o panorama é desolador. Umha doença que se está a cebar com os nossos maiores: devolvendo à sua forma original as envelhecidas pirâmides populacionais. Lembrando-nos que as leis naturais regem também para nós e que nom é tam fácil escaquear-nos dos equilíbrios do ecossistema. Que nos anos que a ciência lhe rouba à natureza podem ser reclamados de novo por vias insuspeitas. Mas mais desalentador se cabe será o novo paradigma mundial. Entrámos em quarentena numha época e sairemos noutra. Estamos a viver umha mudança de ciclo. E a pesar das cursis bobas súplicas por um mundo melhor, pese às pueris ilusons de autoajuda sobre aprender dos nossos erros, o verdadeiro é que tudo fai pensar que

o futuro será bem mais totalitário. Já íamos apontando maneiras (Trump, Bolsonaro, a auge da extrema-direita europeia, VOX), mas chegamos a um momento de inflexom. Agora ninguém se questiona a crise que virá a nível laboral e financeiro. Mas depois dela se esconde a reorganização dos equilíbrios estratégicos mundiais. E será um processo doloroso e cru de empobrecimento coletivo que se incrementará especialmente com os de sempre.

E perante todo isto omo estám os movimentos sociais? Está preparada a dissidência? Encantaria-me pensar que figemos os deveres, mas muito me temo todo o contrário. E ainda pior, que propostas temos perante a crise social, política e financeira? Venhem tempos duros, ham vir desigualdades sociais e desemprego estratosféricos. No entanto parece que hai tempo que nos distanciamos da luta de classes. Quais serám as propostas agora? A revisom dos nossos privilégios? A realidade é que há poucos motivos para o otimismo.



O ESTADO COM MÁSCARA

MIQUEL AMORÓS, CONFINADO NA SUA CASA AINDA QUE LHE PESE, EM 7 DE ABRIL DE 2020.

A atual crise significou umhas quantas voltas de porca no controlo social por parte do Estado. O principal nessa matéria já estava bastante bem implantado porque as condições económicas e sociais que hoje imperam assim o exigiam; a crise nom fai mais do que acelerar o processo. Estamos a participar à força como massa de manobra num ensaio geral de defesa da ordem dominante frente a umha ameaça global. O coronavirus 19 foi o motivo para o rearme da dominação, mas igual teria servido umha catástrofe nuclear, um impasse climático, um movimento migratório imparável, umha revolta persistente ou umha borbulha financeira difícil de manipular. Nom obstante a causa nom é o de menos, e a mais verídica é a tendência mundial à concentração de capitais, aquilo ao que os dirigentes chamam indistintamente mundialização ou progresso. Dita

tendência acha o seu correlato na tendência à concentração de poder, por conseguinte, ao reforço dos aparelhos de contenção, desinformação e repressão estatais. Se o capital é a substância de tal ovo, o Estado é a casca. Umha crise que ponha em perigo a economia globalizada, umha crise sistémica como dizem agora, provoca umha reação defensiva quase automática e começa mecanismos disciplinares e punitivos de antemão já preparados. O capital passa a segundo plano e entom é quando o Estado aparece em toda a sua plenitude. As leis eternas do mercado podem tomar-se umhas férias sem que a sua vigência fique alterada.

O Estado pretende mostrar-se como a tabela salvadora à que a população deve de agarrar-se quando o mercado se vai dormir na madrugueira bancária e bursátil. Enquanto se trabalha na volta à ordem de antes, ou seja, como dizem os informáticos, enquanto se tenta criar um ponto de restauração do sistema, o

Estado interpreta o papel de protagonista protetor, embora na realidade este se assemelhe mais ao de bufom macarra. A pesar de todo, e por mais que o diga, o Estado nom intervém em defesa da população, nem sequer das instituições políticas, senom em defesa da economia capitalista, e portanto, em defesa do trabalho dependente e do consumo induzido que caracterizam o modo de vida determinado por aquela. Dalgumha forma, protege-se dumha possível crise social fruto de outra sanitária, isto é, defende-se da população. A segurança que realmente conta para ele nom é a das pessoas, senom a do sistema económico, essa à que costumam referir-se como segurança “nacional”. Em consequência, a volta à normalidade nom será outra cousa que a volta ao capitalismo: aos blocos colmeia e às segundas residências, ao ruído do tráfego, à comida industrial, ao transporte privado, ao turismo de massas, ao panem et circenses... As formas extremas de controlo

*A vida da gente
nom começará
a caminhar por
caminhos de
justiça, autonomia
e liberdade sem
desprender-se
do fetichismo
da mercadoria,
apostatar da
religiom estatista
e esvaziar as suas
grandes superfícies
e as suas igrejas*

como o confinamento e a distância interindividual rematárom, mas o controlo continuará. Nada é transitório: um Estado nom se desarma por própria vontade, nem prescinde gostosamente das prerrogativas que a crise lhe outorgou. Simplesmente, «hibernará» as menos populares, tal como fixo sempre. Tenhamos em conta que a povoaçom nom foi mobilizada, senom imobilizada, polo que é lógico pensar que o Estado do capital, mais em guerra contra ela que contra o coronavírus, trata de se curar em saúde impondo-lhe condiçoms cada vez mais anti-naturais de sobrevivência.

O inimigo público designado polo sistema é o indivíduo desobediente, o indisciplinado que fai caso omisso das ordens unilaterais de acima e recusa o confinamento, que se nega a permanecer nos hospitais e nom guarda as distâncias. O que nom comunga com a versom oficial e nom acredita nas suas cifras. Evidentemente, ninguém assinalará aos responsáveis por deixar aos sanitários e cuidadores sem equipas de proteçom e aos hospitais sem camas nem unidades de cordados intensivos suficientes, aos *mandamases* culpados da falta de testes de diagnóstico e respiradores, ou aos jerarcas administrativos que se despreocupárom dos idosos das residências. Tampouco apontará o dedo informativo a profissionais desinformadores, a empresários que especulam com os fechamentos, aos fundos abutres, aos que se beneficiárom com o desmantelamento da sanidade pública, a quem comerciam com a saúde ou às multinacionais farmacêuticas... A atençom estará sempre dirigida, ou melhor teledirigida, a qualquer outro lado, à interpretação otimista das estatísticas, ao dissimulo das contradiçoms, às mensagens paternalistas governamentais, à incitação sorridente à docilidade das figuras mediáticas, ao comentário brincalhom das ba-

nalidades que circulam polas redes sociais, ao papel higiênico, etc. O objetivo é que a crise sanitária se compense com um grau maior de domesticaçom. Que nom se questione um ápice a labor dos dirigentes. Que se suporte o mau e que se ignore aos causantes.

A pandemia nom tem nada de natural; é um fenómeno típico da forma insalubre de vida imposta polo turbo-capitalismo. Nom é o primeiro, nem será o último. As vítimas som menos do vírus do que da privatizaçom da saúde, a desregulamentaçom laboral, as despesas de recursos, a poluiçom crescente, a urbanizaçom desbordada, a hiper-mobilidade, a excessiva concentraçom metropolitana e a alimentaçom industrial, particularmente a que deriva das mawcrogranjas, lugares onde os vírus encontram o seu melhor local reprodutor. Condiçoms todas elas idóneas para as pandemias. A vida que deriva dum modelo industrializador onde os mercados mandam é isolada de por si, pulverizada, tecnodependente e propensa à neurose, qualidades todas que favorecem a resignaçom, a submissom e o ciudadanismo “responsável”. Se bem estamos governados por inúteis, ineptos e incapazes, a árvore da estupidez dirigente nom tem que impedirnos ver o bosque da servidom cidadá, a massa impotente disposta a submeter-se incondicionalmente e encerrar-se pola segurança aparente que lhe promete a autoridade estatal. Esta, em troca, nom costuma premiar a fidelidade, senom guardar-se dos infiéis. E, para ela, em potência, infiéis somos todos.

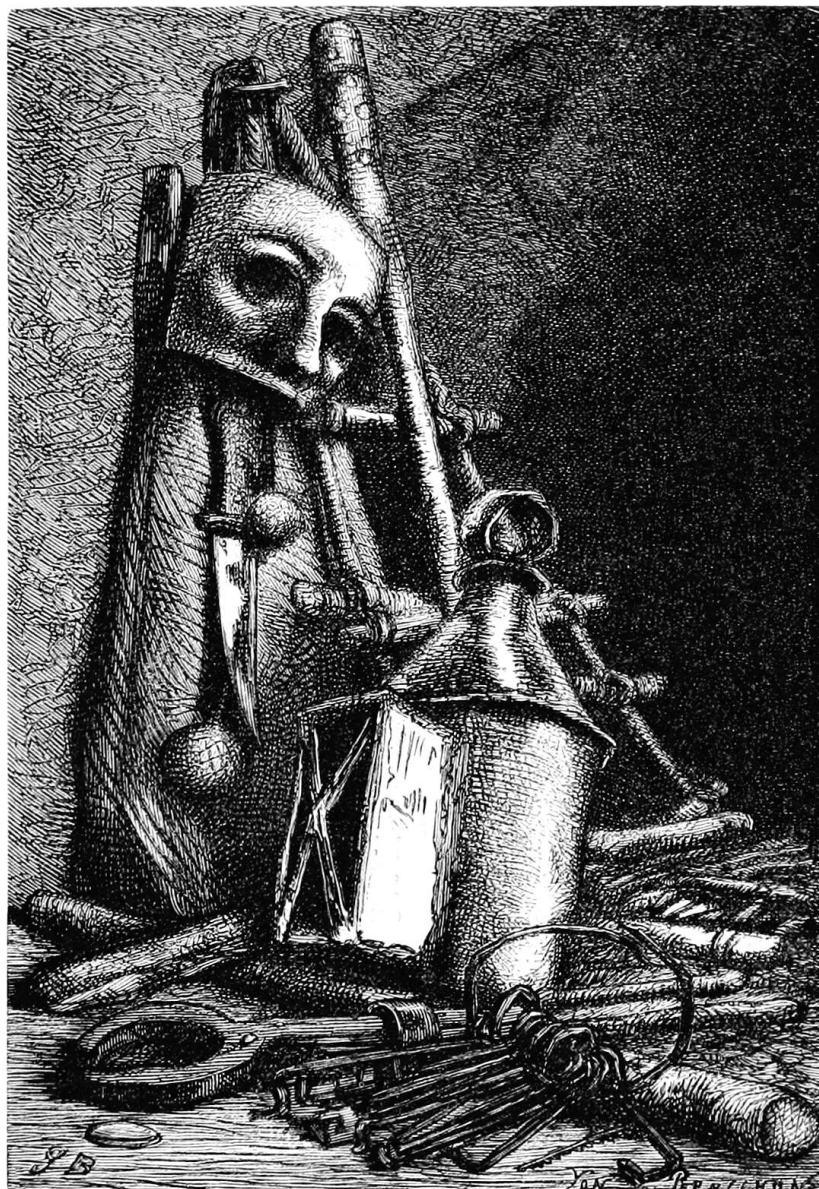
Em certo modo, a pandemia é umha consequência do empurre do capitalismo de estado chinês no mercado mundial. A contribuiçom oriental à política consiste sobretudo na capacidade de reforçar a autoridade estatal até limites insuspeitados mediante o controlo absoluto das pessoas pola via da digitali-

zação total. A essa classe de virtude burocrático-policia poderia acrescentar-se a habilidade da burocracia chinesa em pôr a mesma pandemia ao serviço da economia. O regime chinês é todo um exemplo de capitalismo tutelado, autoritário e ultra-desenvolventista ao que se chega depois da militarização da sociedade. Na China a dominação terá a sua futura idade de ouro. Sempre há pusilânimes retardados que lamentaram o retrocesso da «democracia» que o modelo chinês implica, como se o que eles denominam assim nom fora outra cousa que a forma política dum período obsoleto, o que correspondia à partitocracia consentida na que eles participavam gostosamente até ontem. Pois bem, se o parlamentarismo começa a ser impopular e cheiroso para os dirigidos na sua maioria, e portanto, resulta cada vez menos eficaz como ferramenta de domesticação política, em grande parte é devido à preponderância que adquiriu nos novos tempos o controlo policial e a censura sobre malabarismo dos partidos. Os governos tendem a utilizar os estados de alarme como ferramenta habitual de governo, pois as medidas que implicam som as únicas que funcionam corretamente para a dominação nos momentos críticos. Ocultam a debilidade real do Estado, a vitalidade que contém a sociedade civil e o facto de que ao sistema nom lhe sustenta a sua força, senom a atomização dos seus súbditos descontentos. Numha fase política onde o medo, a chantaje emocional e os big data som fundamentais para governar, os partidos políticos som muito menos úteis que os técnicos, os comunicadores, os juízes ou a polícia.

O que mais deve de preocupar-nos agora é que a pandemia nom só culmine alguns processos que venhem de antigo, como por exemplo, o da produção industrial estandardizada de alimentos, o da medicali-

zação social e o da regimentação da vida quotidiana, senom que avance consideravelmente no processo da digitalização social. Se a comida lixo como dieta mundial, o uso generalizado de remédios farmacológicos e a coerção institucional constituem os ingredientes básicos do pastel da cotidianidade pós-moderna, a vigilância digital (a coordenação técnica das vídeo-câmaras, o reconhecimento facial e o rastreio dos telemóveis) vem a ser a guinda. Daqueles pós, estes lodos. Quando passe a crise quase todo será como antes, mas a sensação de fragilidade e desassossego permanecerá mais do que a classe dominante desejaria. Esse mal-estar

da consciência restará credibilidade aos partes de vitória dos ministros e porta-vozes, mas está por ver se por si só pode bota-los da cadeira em que se acomodárom. Caso contrário, isto é, se conservassem a sua poltrona, o porvir do género humano seguiria em maos de impostores, pois umha sociedade capaz de fazer-se cargo do seu próprio destino nom poderá formar-se nunca dentro do capitalismo e no marco dum Estado. A vida da gente nom começará a caminhar por caminhos de justiça, autonomia e liberdade sem desprender-se do fetichismo da mercadoria, apostatar da religiom estatista e esvaziar as suas grandes superfícies e as suas igrejas.



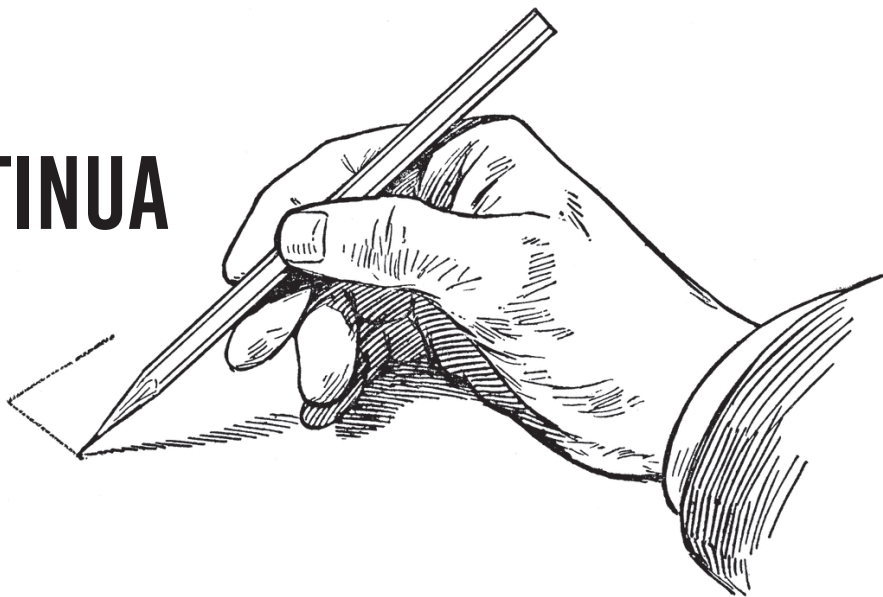
A LUITA CONTINUA

Vivemos num mundo onde o único valor é o quantificável e a humanidade passa a ser umha operação mais nas matemáticas produtivas. Pensar diferente e lutar por umha sociedade mais igualitária fai-te improdutivo e portanto criminoso.

Em 2016, Gabriel Pombo da Silva é posto em liberdade depois de 31 anos sequestrado em cárceres do estado espanhol e alemão. “Sou livre e, segundo parece, em 45 dias pretenderám encarcerar-me de novo, soltarám-me de novo os seus galgos”. Em menos de um ano, a começos de 2017 é detido baixo a acusaçom de “líder de umha célula anarquista...” iniciando umha investigaçom que acaba numha *redada* na sua casa em procura de armas (operación buyo). Ao nom encontrarem nada incriminatório voltam deixá-lo livre.

A justiça espanhola é como um cam de presa que nom se rende. O seu seguinte passo foi sacar umha ordem de busca e captura internacional contra Gabriel, que passa à clandestinidade junto à sua família. Acusa-se-lhe de ter pendente umha pena de 16 anos.

Depois de ano e meio na clandestinidade, o dia 25 de janeiro de 2020, Gabriel é parado em território português e encerrado numha cela da polícia judicial do Porto. Há pressa com a extradiçom ao estado espanhol e dous dias depois começa o julgamento em que



a defesa consegue sacar um prazo de 20 dias para acreditar provas e documentaçom. Num mês depois o tribunal resolverá a favor da extradiçom ao estado espanhol.

Nesse mesmo dia som registadas as casas da nai, do pai, da irmã e do cunhado de Elisa Dei Bernardo (colega de Gabriel) em Itália. A promotoria de Brescia queria procurar provas para poder acusar Elisa e Gabriel de pertencerem a umha célula subversiva com apoio internacional.

A defesa de Gabriel nom atira a toalha e atualmente recorreu ao Tribunal Constitucional depois da pronunciaçom do Tribunal Supremo a favor da extradiçom no 26 de março.

O objetivo da defesa é “a libertação imediata por reconhecimento do princípio de especialidade (princípio alemão pelo que Gabriel foi posto em liberdade). Se isso nom se conseguisse, o objetivo seria evitar a extradiçom e que cumprisse a suposta pena residual em Portugal, evitando o acosso que lhe esperaria nos cárceres espanhóis. Em caso de extradiçom lutar-se-ia para nom se cumprir essa pena aplicando

redençons e refundimentos que até hoje nom fôrom computados, açom que também se proporia realizar caso cumprisse essa pena em Portugal”.

Para poder preparar esta defesa vai ser necessária umha quantidade de dinheiro importante para “enfrentar umha burocracia que implica o concurso de administraçoms de justiça de três Estados (Espanha, Alemanha e Portugal)”.

Abriu-se umha conta a nome da sua parceira, Elisa, onde a cada contribuiçom nom deixa de ser um berro de rebeldia contra toda autoridade fascista e vingativa.

TITULAR: Elisa Di Bernardo

BANKINTER

IBAN: ES06-0128-0180-3601-0009-8696

BIC/SWIFT: BKBKESMMXXX

Para escrever ao Gabriel e dar apoio:

Gabriel Pombo Da Silva

EPPJ Porto

Rua Assis Vaz

1094200-096

Porto -Portugal

Ardora
(s)ediçoms anarquistas

ARDORAEDITORIA.INFO · ARDORA@BASTARDI.NET

COLAPSO
—| ZINES |—

COLAPSOZINES@RISEUP.NET